

Prova Objetiva do III Exame de Ordem de 1999

1 Para a aplicação da sanção disciplinar de “exclusão”, é necessária a manifestação favorável de quantos membros do Conselho Seccional?

- (a) de 1/3 de seus membros, no mínimo;
- (b) de metade de seus membros, no mínimo;
- (c) de 2/3 de seus membros, no mínimo;
- (d) da totalidade de seus membros.

1 O Advogado “X” possui inscrição Principal no Paraná (OAB-PR) e Inscrições Suplementares na OAB-SC, OAB-RS e OAB-DF. Advogado em Porto Alegre (RS), não comparece a uma audiência, deixando de apresentar justificativa, o que leva seu cliente a ficar desamparado. O Juiz em cuja Vara o feito tramitava, representou contra o Advogado “X”, junto à ORDEM DOS ADVOGADOS. Pergunta-se: Qual a Seccional da OAB é competente para punir disciplinarmente o Advogado “X”, considerando-se que o processo disciplinar concluiu no sentido de que ele cometeu, de fato, a infração?

- (a) OAB - Paraná (OAB-PR);
- (b) OAB - Rio Grande do Sul (OAB-RS);
- (c) OAB - Distrito Federal (OAB-DF);
- (d) OAB - Santa Catarina (OAB-SC).

1 Qual das afirmativas abaixo está incorreta:

- (a) É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado;
- (b) O substabelecimento do mandato sem reservas de poderes não exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente;
- (c) É defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente;
- (d) O exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização.

1 Compete ao relator do processo disciplinar determinar a notificação do representado para a defesa prévia, que deve ser apresentada num determinado prazo. Que prazo é esse?

- (a) 3 (três) dias;
- (b) 5 (cinco) dias;

- (c) 10 (dez) dias;
- (d) 15 (quinze).

1 Somente uma das hipóteses abaixo não redundando em cancelamento da inscrição do profissional da advocacia. Assinale-a.

- (a) sofrer penalidade de exclusão;
- (b) perder qualquer um dos requisitos necessários para inscrição;
- (c) passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia;
- (d) passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia.

1 Quais os órgãos da OAB?

- (a) Conselho Federal, Conselhos Seccionais, Caixas de Assistência dos Advogados, Tribunais de Ética e Disciplina;
- (b) Conselho Federal, Conselhos Seccionais, Subseções, Tribunais de Ética e Disciplina;
- (c) Conselho Federal, Conselho Seccionais, Subseções, Caixas de Assistência dos Advogados;
- (d) Conselho Federal, Conselhos Seccionais, Subseções, Colégios de Presidentes de Seccionais.

1 Qual das atividades abaixo arroladas não gera incompatibilidade para o exercício da advocacia?

- (a) Chefe do Poder Executivo;
- (b) Membro da Mesa do Poder Legislativo;
- (c) Ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas;
- (d) Militares de qualquer natureza, na reserva.

1 A suspensão, uma das sanções disciplinares existentes na Lei n.º 8.906/94, acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional, em todo o território nacional, por um determinado prazo. Que prazo é esse?

- (a) De quinze dias a seis meses;
- (b) De trinta dias a seis meses;
- (c) De quinze dias a doze meses;
- (d) De trinta dias a doze meses.

1 Quem preside, respectivamente, no âmbito do Conselho Federal da OAB, a 1ª, a 2ª e a 3ª Câmara?

- (a) O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB;
- (b) O Vice-Presidente, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto do Conselho Federal da OAB;
- (c) O Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto e o Tesoureiro do Conselho Federal da OAB;
- (d) O Secretário-Geral, o Tesoureiro e o Secretário-Geral Adjunto do Conselho Federal da OAB.

1 Qual das afirmativas abaixo está correta?

- (a) A incompatibilidade determina a proibição parcial e o impedimento a proibição total do exercício da advocacia;
- (b) A impetração de **habeas corpus** é atividade privativa de advocacia;
- (c) Compete ao Conselho Federal editar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos que julgar necessários;
- (d) O mandato em qualquer órgão da OAB é de dois anos.

1 A propriedade é limitada quando:

- (a) a parte assim dispor;
- (b) sobre ela for constituído penhor;
- (c) se presume ser exclusiva;
- (d) resolvida pelo advento do termo.

1 Quando o domínio for resolvido pelo implemento da condição:

- (a) impõe-se a servidão predial;
- (b) entende-se também resolvidos os direitos reais;
- (c) o proprietário podia, desde antes, reivindicar a coisa do poder de quem a detenha;
- (d) presume-se limitado, até prova em contrário.

1 No caso da obrigação de dar coisa certa:

- (a) se a coisa se perder, sem culpa do devedor, este responderá pelo equivalente;
- (b) se a coisa se deteriorar, sem culpa do devedor, este poderá aceitar a coisa no estado em que se acha;
- (c) se a coisa se perder, com culpa do devedor, este responderá também por perdas e danos;
- (d) até a tradição, pertence ao devedor a coisa, excluídos os acréscimos.

1 Aquele que demandar por dívida já paga, em parte:

- (a) responde pelo equivalente, acrescido de perdas e danos;
- (b) responde pelo equivalente do que dele exigir;
- (c) ficará obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado;
- (d) responde pelo equivalente do que dele exigir, mesmo que o autor desista da ação.

1 A venda a contento:

- (a) reputar-se-á feita sob condição resolutiva;
- (b) nesta espécie de venda, se classifica a dos gêneros;
- (c) impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender;
- (d) exige que o vendedor, não pago, desfaça o contrato.

1 O juiz dará curador especial:

- (a) ao incapaz mesmo que tenha representante legal;
- (b) ao revel citado com hora certa;
- (c) à mulher incapaz, mesmo que esteja casada;
- (d) ao preso, mesmo que tenha representante legal.

1 Compete ao advogado quando postular em causa própria:

- (a) declarar até a sentença, o endereço em que recebe intimação;
- (b) comunicar ao escrivão do processo a mudança de endereço;
- (c) constando seu endereço, em qualquer documento, fazer referência a ele;
- (d) comunicar o endereço ao escrivão.

1 Os atos judiciais:

- (a) em que a sentença for meramente homologatória, estão sujeitos a ação rescisória;
- (b) são constituídos de atos meramente ordinários;
- (c) podem ser anulados com os atos jurídicos;
- (d) podem ser rescindidos quanto violarem literal disposição de lei.

1 Será julgado em recurso ordinário:

- (a) pelo Tribunal do Estado, o “habeas corpus”;
- (b) pelo Superior Tribunal de Justiça, o “habeas corpus”;
- (c) pelo Superior Tribunal de Justiça, as causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro e de outro, pessoa residente no País;
- (d) pelo Superior Tribunal de Justiça, o mandado de injunção.

1 O devedor poderá opor-se à execução por meio de embargos (art. 736, CPC):

- (a) que serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias;
- (b) o início do prazo será da juntada aos autos do mandado de citação;
- (c) que serão oferecidos juntamente com a exceção de incompetência do juízo, em execução fundada em sentença;
- (d) sendo lícito deduzir, em execução fundada em título judicial, toda matéria deduzida como defesa no processo de conhecimento.

1 O promotor de justiça ao receber os autos do inquérito relatados, tem por opção:

- (a) Requerer seu retorno à delegacia de origem, para novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, desde que não se trate de crime doloso contra a vida;
- (b) Determinar o arquivamento dos autos, sempre que estiverem esgotadas as diligências e não houver possibilidade de propor a ação penal;
- (c) Propor ação penal qualquer seja a natureza dela;
- (d) Opinar pela permanência dos autos em cartório aguardando a iniciativa do querelante, no caso dos crimes de ação privada

1 Assinale a alternativa **correta**:

- (a) No caso de sentença do Juiz Presidente contrária à letra expressa da lei ou à decisão dos jurados, o Tribunal remete o réu a novo julgamento pelo conselho de sentença;
- (b) É pressuposto indispensável para o cabimento de revisão criminal tenha a sentença transitado em julgado, podendo se proceder antes ou após a extinção da pena;
- (c) O desmembramento do julgamento no Tribunal do Júri, somente pode ser operado no caso de mais dois réus;
- (d) Um dos efeitos da sentença de pronúncia é o lançamento do nome do réu no rol dos culpados.

1 Assinale a alternativa **correta**:

- (a) A prescrição da pretensão executória calcula-se pelo máximo da pena cominada ao crime;
- (b) O sujeito é menor de vinte e um anos até o último momento do dia anterior à data de seu aniversário;
- (c) O sujeito é considerado maior de setenta anos a partir do primeiro momento do dia posterior em que completa essa idade;
- (d) O desmembramento dos réus no julgamento pelo Tribunal do Júri depende de solicitação das partes e imprescindíveis anuência do Juiz Presidente.

1 Os prazos para a conclusão de inquéritos são variáveis. Assinale a alternativa **incorreta**:

- (a) Crimes apurados pela Polícia Federal, estando o indiciado preso, 15 dias, prorrogável por mais 15 dias;
- (b) Crimes contra a economia popular, esteja o indiciado preso ou solto, 10 dias;
- (c) Crimes referentes à Lei Antitóxicos, salvo os casos de equiparação a hediondos, se preso o indiciado, 15 dias;
- (d) Crimes comuns inscritos no Código Penal, se preso o indiciado, 10 dias.

1 Assinale a proposição verdadeira:

- (a) No crime de difamação, a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções;
- (b) Constitui injúria/difamação punível, a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador;
- (c) O querelado que, mesmo após a sentença, mas antes do seu trânsito em julgado, se retrata cabalmente da calúnia ou difamação irrogada, fica isento de pena;
- (d) No crime de injúria o juiz não pode deixar de aplicar a pena mesmo quando o ofendido, de forma reprovável, provoca diretamente a injúria.

1 Assinale a alternativa **correta**:

- (a) É admissível o perdão mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória;
- (b) Perdão expresso é o que resulta de ato incompatível com a vontade de prosseguir na ação;
- (c) No caso de crime de exercício arbitrário das próprias razões se não há emprego de violência somente se procede mediante queixa;
- (d) Diz-se crime de prevaricação quando deixa, o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, ou quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

1 Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

- No caso de condenação pelo Tribunal do Júri, a suspensão condicional da pena competirá ao seu presidente.
 - Da decisão que conceder a reabilitação não cabe recurso de ofício.
 - Não se admitirá protesto por novo júri, quando a pena for imposta em grau de apelação.
 - Não poderá o juiz pronunciar o réu se o promotor, por ser fiscal de aplicação da lei, requerer absolvição sumária.
- (a) Não, Não, Não, Sim;

- (b) Sim, Não, Sim, Não;
- (c) Sim, Sim, Sim, Não;
- (d) Não, Sim, Não, Não.

1 Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

- Evadindo-se do distrito de culpa, o réu condenado, após haver interposto apelação, diz-se estar ela anulada.
- Tanto no libelo quanto na contrariedade as partes podem arrolar até 8 (oito) testemunhas.
- O juiz vê-se obrigado a arquivar o inquérito se o promotor assim o requerer e o crime for punido com detenção.
- A classificação jurídica do fato na denúncia não é definitiva, podendo a imputação ser alterada no decorrer do processo.

- (a) Não, Não, Não, Sim;
- (b) Sim, Sim, Sim, Não;
- (c) Não, Sim, Não, Não;
- (d) Sim, Não, Sim, Sim.

1 Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

- Destina-se a correição parcial a corrigir erro ou abuso que importe inversão tumultuária dos atos e fórmulas de ordem legal do processo.
- São legitimados para interpor a correição parcial somente o réu, o Ministério Público Federal, o querelante e o assistente da acusação.
- Pessoa jurídica não tem legitimidade para impetrar **habeas corpus**.
- O pedido de habeas corpus não está submetido às condições gerais de admissibilidade próprias dos recursos.

- (a) Sim, Sim, Sim, Sim;
- (b) Sim, Não, Não, Não;
- (c) Não, Não, Sim, Sim;
- (d) Não, Sim, Sim, Não.

1 Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

- Delegado de polícia tem legitimidade para impetrar **habeas corpus**.
- O juiz não pode conceder, de ofício, ordem de **habeas corpus**.

- O excesso de prazo no oferecimento da denúncia estando o réu preso, é motivo de nulidade do processo.
- No caso de recurso em sentido estrito, o juiz somente poderá se retratar se for despacho a decisão recorrida.

- (a) Sim, Sim, Não, Sim;
- (b) Não, Sim, Sim, Não;
- (c) Sim, Sim, Sim, Não;
- (d) Sim, Não, Não, Não.

1 Assinale a alternativa **correta**:

- (a) Na equiparação de salário, em caso de trabalho igual, toma-se em conta o tempo de serviço no emprego;
- (b) É competente o Ministro do Trabalho para a especificação das atividades insalubres;
- (c) A Gratificação de Natal não integra o salário;
- (d) Os juros de mora, nas reclamações trabalhistas, são contados a partir da sentença procedente.

1 Caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal de decisão da Justiça do Trabalho quando:

- (a) A decisão atacada divergir de outra do Superior Tribunal de Justiça;
- (b) A decisão atacada violar dispositivo de lei federal;
- (c) A decisão atacada contrariar a Constituição Federal;
- (d) A decisão atacada divergir de outra do Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plena.

1 Assinale a alternativa **incorreta**:

- (a) O provimento em cargo de Juiz Substituto do Trabalho deve obedecer a classificação dos candidatos;
- (b) A promoção de Juiz do Trabalho de primeira instância para o Tribunal Regional do Trabalho deve obedecer a antigüidade e o merecimento, alternadamente;
- (c) A promoção de Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho para o Tribunal Superior do Trabalho obedecerá a antigüidade e o merecimento, alternadamente;
- (d) O preenchimento de cargo de presidente de Junta, vago ou criado por lei, será feito dentro de cada Região pela promoção do substituto, cuja aceitação será facultativa, obedecido o critério alternado da antigüidade e merecimento.

1 Não afasta o direito à percepção do pagamento das horas in itinere:

- (a) O fato de o empregador cobrar, parcialmente ou não, importância pelo transporte

- fornecido, para local de difícil acesso, ou não servido por transporte regular;
- (b) O fato de existir transporte regular, se o empregador fornece transporte gratuito;
 - (c) A mera insuficiência de transporte público;
 - (d) O fato de o empregado optar pelo transporte fornecido pela empresa, mesmo existindo transporte público regular.

1 Assinale a alternativa **correta**:

- (a) A jornada de trabalho alegada na petição inicial da reclamatória trabalhista deverá ser contestada pela juntada dos registros de horário de trabalho;
- (b) O bancário sujeito à jornada de oito horas, após a Constituição Federal de 1988, tem salário-hora calculado com base no divisor 220, não mais 240;
- (c) O trabalhador rural não tem direito ao salário-família, benefício exclusivo do trabalhador urbano;
- (d) Os digitadores não se equiparam aos trabalhadores nos serviços de mecanografia, razão pela qual não gozam de intervalo de descanso de dez minutos a cada noventa minutos de trabalho consecutivo.

1 É correto afirmar que as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes:

- (a) Não integram a remuneração do empregado, porque concedidas em valor variável;
- (b) Não integram a remuneração do empregado, porque possuem caráter meramente indenizatório;
- (c) Integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado;
- (d) Integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

1 É **incorreto** afirmar que:

- (a) O simples fornecimento do aparelho de proteção (EPI) pelo empregador não exime do pagamento do adicional de insalubridade.
- (b) O trabalhador rural tem direito ao adicional de insalubridade, observando-se a necessidade de verificação, na forma da lei, de condições nocivas à saúde.
- (c) É improcedente o pedido de adicional de insalubridade que indica agente insalubre diverso do apurado pela perícia técnica.
- (d) A transferência para o período diurno de trabalho implica na perda do direito ao adicional noturno.

1 Considera-se pressuposto extrínseco para conhecimento do recurso de revista:

- (a) Tempestividade do recurso.
- (b) Indicação de divergência jurisprudencial.
- (c) Indicação de violação literal de lei federal.
- (d) Indicação de violação literal de dispositivo da Constituição Federal.

1 Assinale a alternativa **correta**:

- (a) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (b) O cumprimento do aviso prévio é obrigação do empregado e deverá ser trabalhado mesmo que já tenha obtido novo emprego.
- (c) O adicional de periculosidade incide sobre a remuneração do empregado, considerado o salário básico acrescido de outros adicionais.
- (d) O empregado demitido por justa causa terá direito ao pagamento da remuneração de férias proporcionais.

1 O inquérito ajuizado perante a Justiça do Trabalho para apuração de falta grave de empregado estável:

- (a) Substitui a ação penal e servirá para determinar o valor da indenização devida pelo empregado ao seu empregador.
- (b) Substitui a ação civil pública e servirá para determinar as perdas e danos em favor do empregador.
- (c) Antecede a demissão por justa causa e a sentença proferida tem natureza condenatória.
- (d) Tem o empregador como autor e visa o reconhecimento judicial da falta grave e conseqüente demissão por justa causa.

1 Não é atribuído do Poder de Polícia:

- (a) Discricionariedade;
- (b) Auto-executoriedade;
- (c) Coercibilidade;
- (d) Finalidade.

1 Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa **correta**:

- (a) I- certo; II- errado; III- certo; IV- errado;
- (b) I- errado; II- certo; III- errado; IV- certo;
- (c) I- certo; II- certo; III- certo; IV- certo;
- (d) I- errado; II- errado; III- errado; IV- errado.

1 Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor público as seguintes vantagens, EXCETO:

- (a) Indenizações;
- (b) Gratificações;
- (c) Adicionais;
- (d) Abono pecuniário, correspondente a 1/3 da remuneração, quando o servidor quiser vender 10 dias de suas férias.

1 O Ato Administrativo pode ser anulado ou invalidado por motivo de:

- (a) Ilegalidade;
- (b) Conveniência administrativa;
- (c) Oportunidade administrativa;
- (d) Ordem administrativa.

1 CAJAZEIRAS, grande cidade paraibana, com mais de 70 mil habitantes, previu no seu plano diretor, aprovado por lei do Município, o qual prevê que os lotes urbanos devem possuir área de até 1.000 m², objetivando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, como determina a Constituição Federal. ARQUIBALDO, um próspero empresário, é proprietário de terreno urbano, com 10.000 m², onde existe apenas um barraco de madeira, utilizado para guarda de sucatas. Neste caso:

- (a) O Poder Público municipal não poderá, mesmo, mediante lei específica, exigir do proprietário do solo urbano que promova seu adequado aproveitamento, uma vez que o imóvel é particular;
- (b) O Poder Público, mesmo mediante lei específica, não poderá parcelar ou edificar compulsoriamente o lote, por se tratar de imóvel particular;
- (c) O imóvel poderá ser desapropriado, mediante indenização em dinheiro;
- (d) O terreno poderá ser tributado pelo IPTU de forma progressiva no tempo, até que seja edificado.

1 De acordo com o Código Tributário Nacional, “na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada”:

- (a) Analogia, equidade, princípios gerais do direito público e princípios gerais de direito tributário;
- (b) Princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público, analogia e equidade;
- (c) Analogia, princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e equidade;
- (d) Equidade, analogia, princípios gerais de direito público e princípios gerais de direito

tributário.

1 “Situação definida em lei como necessária e suficiente para sua ocorrência” é definição de:

- (a) Base de cálculo;
- (b) Fato gerador da obrigação principal;
- (c) Obrigação tributária;
- (d) Crédito tributário.

1 Assinale a opção **correta**:

- (a) Os pastores, padres e outros chefes de templos de qualquer culto não pagam IR sobre seus vencimentos em virtude de imunidade tributária;
- (b) Os sindicatos dos trabalhadores não pagam ISS sobre os serviços vinculados a suas finalidades essenciais em virtude de isenção tributária;
- (c) As empresas em realização de capital não pagam ITBI (ou ITIV) sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao seu patrimônio em virtude de imunidade tributária;
- (d) As embaixadas dos governos estrangeiros acreditados no País não pagam IPTU, sobre os prédios utilizados para seu funcionamento nem IPVA sobre os veículos vinculados a suas finalidades essenciais, em virtude de imunidade tributária.

1 O EXMO. Sr. Prefeito de Cajazeiras, importante cidade paraibana, preocupado com a recessão reinante não apenas naquele município, mas em todo o País, agravada pela seca eu já assola a região há mais de 3 (três) anos, enviou mensagem à Câmara de Vereadores, aprovada por unanimidade, tornando-se lei, prorrogando o prazo para pagamento do ISS, do IPTU e da Taxa de Limpeza Pública de janeiro para dezembro do ano 2000, coincidindo com o período do recebimento do 13º salário daqueles que ainda contam com a graça de estar empregados numa época desta. O benefício concedido foi:

- (a) Anistia;
- (b) Moratória;
- (c) Remissão;
- (d) Isenção.

1 Assinale a alternativa em que estão relacionados apenas impostos cuja receita não é repartida com outras esferas de governo:

- (a) IPI, ICMS, IPVA, IOF e IR;
- (b) IR, IPI, IOF, II e IE;
- (c) ITCD, II, IE, ITBI e ISS;
- (d) ICMS, ISS, ITBI, IPVA e IOF.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO III EXAME DE ORDEM DE 1999

QUESTÃO	RESPOSTA
1	C
2	B
3	B
4	D
5	C
6	C
7	D
8	D
9	C
10	C
11	B
12	B
13	C
14	B
15	B
16	B
17	B
18	C
19	C
20	C
21	D
22	B
23	B
24	C
25	A

QUESTÃO	RESPOSTA
26	C
27	B
28	A
29	B
30	D
31	B
32	C
33	C
34	A
35	B
36	D
37	C
38	A
39	A
40	D
41	D
42	A
43	D
44	A
45	D
46	C
47	B
48	C
49	B
50	C